



Impacto orçamental do descongelamento das carreiras dos professores conforme previsto no OE2018

A edição de hoje do jornal Público, no artigo com o título “Custos das progressões dos professores em 2018 baixam de 90 para 37 milhões”, refere que o Ministério das Finanças reviu os cálculos associados ao custo das progressões dos professores em 2018 e 2019. **Esta informação não é correta, não houve qualquer revisão dos cálculos deste impacto.**

Quais as incorreções na notícia do Público?

A notícia do Público baseia-se em dados de simulações referentes ao impacto nas contas públicas do descongelamento das progressões da carreira docente no período 2018-2023 nos termos que constam na Lei do Orçamento do Estado de 2018.

Estas simulações, partilhadas pelo Governo com os parceiros sociais e com a imprensa tendo por objetivo contribuir para uma discussão mais informada e transparente, apresentam valores com e sem faseamento dos acréscimos remuneratórios¹ e valores com e sem TSU.

A notícia do jornal Público compara valores distintos e que não podem ser comparados. Entre outros exemplos, apresenta como equivalentes valores para 2018 sem faseamento e sem TSU (90,2M€) e valores para 2018 com faseamento e com TSU (37M€).

Impacto financeiro efetivo consta do OE2018

Os valores globais partilhados pelo Ministério das Finanças são os que constam do Orçamento do Estado 2018, aprovado no final de 2017 na Assembleia da República, assim como as estimativas para os anos seguintes.

A tabela apresenta o impacto orçamental efetivo nas contas públicas do descongelamento das progressões na carreira docente para o período 2018-2023.

¹ O OE2018 estipula os termos em que é feito o faseamento, e que se traduz num acréscimo de 25% em Janeiro de 2018, 50% em Setembro de 2018, 75% em Maio de 2019 e 100% em Dezembro de 2019.

Tabela: Impacto orçamental efetivo das progressões dos professores (incluindo TSU)

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Acréscimo face ao ano anterior	37M€	107M€	96M€	72M€	120M€	86M€
Acréscimo anual face ao ano 2017	37M€	145M€	241M€	313M€	433M€	519M€

Estes valores integram o impacto do faseamento dos acréscimos remuneratórios previsto no Orçamento do Estado, que é transversal a todas as carreiras da Administração Pública, e a TSU. Naturalmente, em 2020 o montante afeto às progressões com e sem faseamento é exatamente o mesmo. O faseamento apenas redistribuiu os impactos entre 2018 e 2019 e explica o aumento substancial do custo com as progressões dos docentes em 2019.

Acresce a esta tabela o valor associado ao reposicionamento dos docentes contratados nos últimos 7 anos, que tem um custo anual adicional de 20M€, mais os valores das progressões a que entretanto terão direito.

Lisboa, 21 de junho de 2018

Mónica Paredes

Miguel Pinto

Assessoria de Imprensa

Gabinete do Ministro das Finanças

Av. Infante D. Henrique, 1

1149-009 Lisboa, PORTUGAL

TEL + 351 21 881 68 61 / + 351 21 881 69 37

FAX + 351 21 881 68 19

www.portugal.gov.pt